

# Brasil detém recorde mundial de empresas lucrativas de ensino

São 2081 organizações com fins lucrativos. Quantidade que não corresponde a qualidade do ensino e da pesquisa exigidos pelo país

Por Lilian Primi

O movimento de expansão do ensino superior privado no Brasil ocorrido a partir de 1990 foi espetacular. Naquele ano, 1,54 milhão de jovens estavam matriculados em 918 instituições de ensino superior. Atualmente, o número de estudantes universitários no País passa de 7,03 milhões, que frequentam 2.416 instituições. Embora expressivo, este aumento não melhorou o atendimento das necessidades de formação no Brasil, nem ajudou o governo a atingir a meta estabelecida pela Unesco, de levar a oferta de vagas no ensino superior a pelo menos 30% da população entre 18 e 24 anos até 2020. Os mais de 7 milhões de estudantes representam 17% da população em “idade universitária”.

Das 2.416 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes hoje, pouco mais de 78% são privadas e concentram a maior parte das vagas abertas no processo. Mais do que isso, 14,2% destes estudantes – 1,2 milhão – estão matriculados em uma única organização educacional, o grupo Kroton, protagonista da maior operação ocorrida na onda de fusões que teve início em 2011 e que, para os analistas financeiros, está “consolidando” a evolução deste mercado no país. “Estamos quase chegando nos 80%. É muito. É preciso corrigir isso”, diz Antonio

Carlos Ronca, que é professor da PUC São Paulo e ocupou a presidência do CNE durante o auge desse processo. “Essa configuração é muito nova no Brasil. Não tínhamos nem grandes conglomerados nem escolas com ações na Bolsa. Aliás, em nenhum lugar do mundo é assim”, diz Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora especialista em política educacional e financiamento da educação.

Para Ronca, não se pode, neste momento, prescindir das IES privadas, mas aponta a falta de regulamentação como um problema grave. Sem regulamentação, as organizações agem de acordo com os interesses dos investidores, que atualmente são grupos financeiros liderados pelos fundos de participações e bancos. “Só o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) cuida da educação”, diz. O que aliás, não é bem compreendido pelos analistas. “Não que a decisão seja equivocada, mas não sabemos quais os critérios usados para exigir, por exemplo, que o Kroton vendesse parte das unidades de ensino à distância antes de aprovar a fusão com a Anhanguera”, diz a advogada Denise Martins Moretti, autora de uma tese que analisa detalhadamente a expansão do Anhanguera. “Certamente não são critérios de qualidade”, completa Ronca.

Lisete conta que mesmo nos Estados

Unidos, origem do modelo que reserva o ensino superior para instituições privadas, existem limites precisos e rígidos para os lucros destas organizações. “A situação é bastante grave. Estes grupos tem uma forma de atuação terrorista: abrem uma escola ao lado do concorrente e operam com preços abaixo do custo até estrangular. Acaba que os concorrentes ficam sem alternativa e concordam em vender”, relata.

O professor Romualdo Portela de Oliveira, também da Educação da USP e especialista em política educacional, diz que a Constituição de 1988 abriu as portas para estes grupos, ao permitir que a atividade na educação gerasse lucro. “Antes disso (de 1988) a concepção era de que as instituições, por sua natureza, não dariam lucro. Só que isso não é verdade numa sociedade capitalista e aí as IES ‘escondiam’ seus lucros com artifícios jurídicos”, diz. “A Constituição fez essa correção. Depois, a LDB de 1996, na época do Paulo Renato (ministro da Educação de FHC), decretou a obrigação de se declarar com ou sem fins lucrativos”, explica. Essa determinação só foi regulamentada em 1998.

Romualdo diz que a ciranda de compra e venda vem dessa medida, que capitalizou as empresas. “É uma ciranda perversa, em que as privadas tradicionais e que não estão

## Faturamento estimado do mercado educacional (formal) em reais

| BRASIL (2011 A 2013)                                        | 2011  | 2012  | 2013  |
|-------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|
| Graduação (presencial + EaD)                                | 24,70 | 28,23 | 32,04 |
| Pós-graduação (presencial + EaD)                            | 3,74  | 3,99  | 4,19  |
| Educação básica                                             | 32,43 | 33,87 | 39,16 |
| Sistemas apostilados de ensino                              | 0,96  | 1,20  | 1,40  |
| Livros Didáticos (PNLD e PNLEM)                             | 1,16  | 1,09  | 1,24  |
| Livros Didáticos (sem participações de compra pelo governo) | 1,03  | 1,75  | 1,90  |

FONTE: Anuário Hoper/2013

## Maiores grupos educacionais privados com fins lucrativos do Brasil

| GRUPO                                    | RECEITA LÍQUIDA (*)<br>em reais | ALUNOS  | PARTICIPAÇÃO(*) |
|------------------------------------------|---------------------------------|---------|-----------------|
| 1º Anhanguera                            | 1.607/ 5,7%                     | 429.000 | 8,3%            |
| 2º Kroton                                | 1.405/ 5,0%                     | 410.000 | 7,9%            |
| 3º Estácio                               | 1.383/ 4,9%                     | 272.000 | 5,3%            |
| 4º UNIP + Holding Di Gênio*              | 1.376/ 4,9%                     | 238.000 | 4,6%            |
| 5º Laureate                              | 956/ 3,4%                       | 145.000 | 2,8%            |
| 6º UNINOVE                               | 562/ 2,0%                       | 127.000 | 2,5%            |
| 7º UNICSUL                               | 487/ 1,7%                       | 47.000  | 0,9%            |
| 8º Ânima Educação                        | 400/ 1,4%                       | 42.000  | 0,8%            |
| 9º Whitney                               | 312/ 1,1%                       | 37.000  | 0,7%            |
| 10º Ser Educacional (Maurício de Nassau) | 282/ 1,0%                       | 49.000  | 0,9%            |

FONTE: Anuário Hoper/2013

pautadas no lucro ficam mais vulneráveis. Isso tudo desestabilizou o mercado que na minha opinião vive, na verdade, uma crise profunda. A Metodista estava no ‘grupo de sonho’ no quesito qualidade”, lembra Romualdo, que fez a análise poucos dias depois que vazou na imprensa a informação de que a universidade estaria colocando parte de suas unidades à venda por R\$ 250 milhões. O negócio, coordenado pela KPMG, estava em fase de diligência no fechamento desta edição, mas já provocava grandes discussões. “Estão destruindo o sistema privado tradicional com a obsessão por redução de custos”, completa.

### BAIXA QUALIDADE

O público dessas instituições é o trabalhador que quer ascender e, para isso, procura cursos noturnos e com baixo custo. E como são elas que centralizam a expansão, há uma considerável perda na qualidade do ensino superior praticado no país. “O lucro é o objetivo final da operação, não a satisfação do aluno, que é quem mais interessa nisso tudo”, diz Denise. A tese da advogada, defendida no ano passado na Universidade São Francisco/USP, usou o grupo Anhanguera para analisar o processo de expansão das IES privadas, pois considera que ele usa estratégias comuns a todos. “Estes grupos, em geral financiados por instituições financeiras como fundos de pensão e bancos, impõem um funcionamento empresarial às instituições de educação. Usam, por exemplo, administradores profissionais pautados pela diminuição de custo, formação de escala, racionalização da administração, tudo para conseguir sempre mais lucro”, conta a pesquisadora.

Para exemplificar, ela lembra da fase em que a Anhanguera se fundiu com a Universidade Anhembí-Morumbi (UAM). “Sempre que tem uma fusão de empresa, a que comprou impõe o seu modelo de negócio na estrutura

já existente. Nas escolas, a primeira coisa que acontece é uma demissão em massa dos professores, pois os salários desses profissionais formam o maior custo. Isso gerou vários problemas. Antes da Kroton, ela (a Anhanguera) comprou a Uniban, que pagava em torno de R\$ 30,00 hora/aula e a Anhanguera pagava só R\$ 20,00. Foi um choque e houve a maior dispensa já ocorrida na história da educação”. A segunda medida – que vem com o choque de gestão para racionalizar gastos – atinge diretamente o aluno, que segundo Denise, tem se mobilizado para protestar, porém sem sucesso.

“A primeira coisa que eles fazem é trocar um dia de aula presencial por aulas à distância. A legislação permite fazer isso com mais ou menos 20% das aulas. Outro problema é com o material didático que, no caso da Anhanguera, é próprio”, diz. Há, segundo a pesquisadora, uma reação muito negativa do aluno, que tinha uma expectativa diferente quando se matriculou. “Ele não quer um ‘diploma anhanguera’”, diz, se apropriando de uma expressão utilizada pelos estudantes como sinônimo de ensino ruim. Denise acredita que há uma clara e evidente perda de qualidade, o que pretende comprovar durante o doutorado, quando irá investigar para onde vão e como se saem os alunos formados nestas condições.

Denise acompanhou e analisou o desempenho das unidades do grupo nos processos de avaliação de qualidade disponíveis e diz que poucas se saem bem. “A melhor universidade do grupo tinha posição abaixo do 150º lugar e entre as faculdades, a melhor posição era abaixo do 50º posto. A maioria das instituições tem avaliação C e D nos rankings de qualidade”, completa. A pesquisadora diz que encontrou, entre os dados da própria Anhanguera, a informação de que a grande maioria dos seus alunos só consegue cargos

equivalentes ao antigo chão de fábrica. “É a própria Anhanguera quem informa que 61% dos seus formandos ocupam cargos profissionalizantes e de operação; 15% de supervisão e outros 15% são contratados como estagiários. O restante (menos de 10%) vai para os cargos de gerência e chefia”, conta. O mesmo ocorre com relação à renda. “A pesquisa do grupo informa que 65% dos formandos não têm alteração na sua situação salarial e 50% não experimentou nenhuma melhora profissional”, diz.

### RESULTADOS SÃO FINANCEIROS

A expansão das universidades brasileiras ao invés de ampliar o alcance do ensino, gerou, na verdade, o maior e mais vultoso movimento de abertura de capital combinada com fusão que se tem notícia na área de educação, transformando o País num atrativo mercado para investidores do mundo todo. A fusão da UAM com a Anhanguera, no final de 2005, foi a primeira operação desse movimento, definido como um processo de “consolidação” do setor pelos analistas. Fez pouca onda, no entanto, e na época ninguém acreditava que teria continuidade. “Poucas instituições estavam, de fato, preparadas para serem compradas. A aquisição da UAM (em 2005) acordou as Instituições de Ensino Superior (IES) para esta necessidade”, escreve Sérgio Werther Duque Estrada, diretor-sócio da Valormax Consultoria, que trabalhou na avaliação da Anhanguera a pedido da UAM.

Denise escolheu o ano de 2011 como início do processo atualmente em curso e, como fato relevante, a abertura das ações da Anhanguera, na época o maior grupo do Brasil e o segundo maior do mundo em valor de mercado. “Foi o primeiro a fazer isso e a se capitalizar. Depois, com a fusão com o Kroton (em novembro de 2013), tornou-se o maior grupo educacional do mundo”, conta Denise. A

## ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NA EDUCAÇÃO GERA POLÊMICA

Três projetos de lei que regulamentam a entrada de capital estrangeiro no setor da educação estão parados no Congresso. Alice Portugal é autora do Projeto de Lei 7.040/10, que limita em 10% a participação de capital estrangeiro em instituições de ensino superior. Já o PL 6.358/09, do deputado Wilson Picler, limita em 49% essa participação. Ambos estão apensados ao PL 2.183/03, do deputado Ivan Valente (Psol-SP), que só permite o capital estrangeiro para financiar projetos de pesquisa e extensão ou para apoiar instituições educacionais comunitárias ou filantrópicas. Esses projetos ficaram parados por muito tempo e, este ano, entraram na pauta da Comissão de Educação. Porém, foram novamente retirados em virtude de divergências entre os congressistas. Além dos decretos de 1997, não existem projetos de lei para controlar os lucros dessas instituições.

operação, no valor total de R\$ 12 bilhões, foi apontada pelas organizações que representam professores e funcionários como uma oligopolização do ensino.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) informa que com a fusão, o grupo Kroton-Anhanguera passou a concentrar o equivalente a mais de 14% de todas as matrículas do ensino superior brasileiro. Entre 2007 e 2012, as aquisições feitas pelas duas empresas geraram em torno de R\$ 7 bilhões e foram equivalentes a 55,5% do total de aquisições do setor. A Anhanguera adquiriu 32 instituições e a Kroton, 19 instituições. As ações do Kroton, que valem R\$ 35,14 no dia em que a operação foi anunciada, valem hoje R\$ 60,89,

uma valorização invejável, de 73,3% em pouco mais de nove meses.

Os números envolvidos neste processo são gigantes e estão dispersos entre as várias entidades que monitoram este mercado. Consultorias que dão apoio aos conglomerados procuram reuni-los em anuários. Os da Hooper Educação, uma das maiores consultorias nesta área, podem dar uma ideia do tamanho deste negócio: em 2012 (último dado disponível para divulgação pela imprensa), a educação superior privada movimentou R\$ 28,23 bilhões. As mais de 2,3 mil instituições empregavam 357.418 docentes e 373.258 funcionários técnico-administrativos. O Brasil é o país com o maior número de instituições de ensino superior (IES) privadas com fins

lucrativos no mundo: 2.081, o que levou o país para a ponta entre os que mais registraram aquisições e fusões. Foram mais de 200 na última década.

### DE OLHO NO BUTIM

Segundo Lisete, a grande vitória obtida pelo setor com a recente aprovação do Plano Nacional de Educação – a garantia de que 10% do PIB vá para a educação –, poderá ser completamente anulada na atual configuração do mercado e transformada em um novo ralo do dinheiro público com saída direta para os cofres da iniciativa privada, ou melhor, dos operadores do mercado financeiro. “Os recursos para bancar o Fies e o ProUni vão sair destes mesmos 10% do PIB. Então

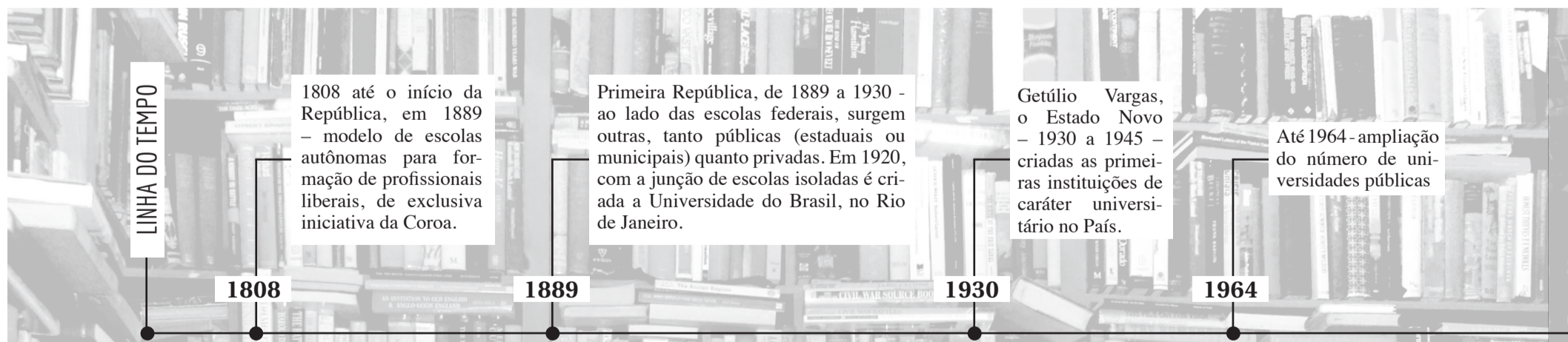
## ANTONIO CARLOS RONCA, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O ENSINO EM BUSCA DO LUCRO

*Caros Amigos* - Somos o país que tem o maior número de empresas educacionais com fins de lucro do mundo. São 2081 no total.

A.C. Ronca - Dois problemas aí. Primeiro, os grandes conglomerados e segundo, as ações na bolsa. Nós não temos – acho que nisso precisamos melhorar sensivelmente –, nós não temos uma reflexão coletiva sobre o que significa o fato das grandes instituições terem ações na bolsa e ao mesmo tempo serem empresas que trabalham na área de educação.

A educação é um dos temas mais debatidos no Brasil, em um movimento de grande embasamento teórico, além de ter presença marcante na constituição. Ainda assim, esse aspecto da expansão do ensino superior não foi discutido?

É. Acho que essa é uma lacuna. A situação foi acontecendo, inclusive havia um projeto de lei que procurava regulamentar isso no Congresso. Esse projeto está parado. São duas questões básicas. Primeiro, a questão dos conglomerados que tem ações na bolsa. Isso transforma muito o espírito da universidade, o espírito da educação superior. Passa a instalar em todas essas instituições uma busca desenfreada por aumentar o número de alunos. E segundo, a presença do capital estrangeiro. Não estou aqui defendendo nenhuma fobia em relação ao capital estrangeiro. É apenas a constatação de que nós não fizemos, enquanto coletivo da educação, governo e, enquanto Congresso, uma reflexão sobre o que significa o capital estrangeiro estar desregulamentado na educação.



não vai ser realmente 10%”, diz Romualdo. O Financiamento Estudantil (Fies), foi criado pela Caixa Econômica Federal (CEF), em 1999, para financiar estudantes de ensino superior e o Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo federal, em 2004 com o objetivo de conceder bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas. “O índice de inadimplência no Fies parece que é de 90%”, conta Denise. O que faz do programa um mecanismo de simples transferência de recursos públicos para as IES.

A legislação brasileira na área é considerada avançada, mas segundo o filósofo Antonio Joaquim Severino, hoje na coordenação da pós-graduação da Uninove, não é aplicada. Além disso, os modelos de avaliação não surtem o efeito esperado, e as novas instituições, na verdade, iludem a juventude. “Tenho muitos casos de alunos que se formam mas não conseguem se profissionalizar”, diz. Porque o diploma que eles conseguem nessas

instituições não tem valor no mercado. “A preocupação maior desses sistemas está em ensinar regras. É um problema de conceito”, afirma. Estão assentados sobre uma ideologia neoliberal, que vai contra o que diz a LDB. “Estes grandes grupos tem muito poder. Mais de 70% das instituições estão nas mãos de congressistas, que barram qualquer medida de controle ou regulação”, diz.

A origem deste dado, de que 70% dos investidores são também, políticos, se perdeu, mas Denise confirma a informação a partir da análise que fez da composição dos Conselhos de Educação. “Os grandes grupos representam parcela significativa do mercado e naturalmente querem ter mais voz nos Conselhos. As mantenedoras se reúnem em associações bastante ativas – tem reuniões muito frequentes, procuram publicar livros e estar vivas no meio para mostrar o seu lado. Afinal, só o Kroton/Anhanguera, leva mais de 1 milhão de alunos”, argumenta. Para a pesquisadora, só o Estado consegue barrar algumas

medidas que prejudicam os alunos. “O Estado tem que olhar tanto para o aluno das boas escolas quanto para os que estão em outras nem tanto e tentar barrar medidas muito agressivas”, diz.

Severino também ressalta a ineficiência do PNE, porém analisando a sua evolução. “Este PNE aprovado agora vale para o período de janeiro de 2011 até dezembro de 2020. Saiu já com um atraso de mais de quatro anos, pois só foi aprovado este ano, em julho. Agora cada Estado da federação tem que fazer o seu plano estadual. O prazo é de um ano”, diz. Ou seja, o processo só estará completo na metade do período em que deveria estar direcionando as ações. “A sociedade brasileira não tem um projeto de educação. É tudo remendado: a rede privada não cumpre o seu papel de operador hegemônico e não há integração nenhuma, sempre com dinheiro correndo por fora”, diz. ■

**Lilian Primi é jornalista.**

## ONDA DE FUSÕES

O movimento que se verifica no mercado de educação brasileiro é inédito no mundo. Em levantamento feito pela KPMG e divulgado na imprensa, desde 2008 ocorrem no Brasil uma média de 26 operações por ano. Entre 2012 e 2013, o número de fusões de empresas de educação cresceu 20%, de 19 para 24 operações, sendo que 13 envolveram instituições que atuam no ensino superior. A fusão da Kroton com a Anhanguera foi apenas o fato mais relevante desta onda. Há no mercado informações a respeito da negociação pela Metodista de parte de suas unidades. Integrante do que os educadores chamam de “grupo do sonho” das universidades privadas, além de ser a primeira rede ligada a uma igreja (chamadas “confessionais”) a ceder diante do assédio dos investidores, a Metodista é uma marca com boa avaliação no mercado no que diz respeito à qualidade do ensino. Segundo informações publicadas pelo jornal *Valor Econômico* do dia 8 de agosto, a instituição estaria negociando a venda de cinco unidades pelo valor de R\$ 250 milhões: Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Faculdade de Birigui, Centro Universitário Izabela Hendrix, em Belo Horizonte, Centro Universitário de Porto Alegre (IPA) e a Faculdade Metodista Santa Maria, ambas no Rio Grande do Sul. Juntas, elas atendem 25 mil alunos, quase metade do total da rede, de 53 mil estudantes. A considerar o perfil dos grupos interessados – seis ou sete, segundo o jornal, nacionais e estrangeiros, entre eles a Ser Educacional, Cruzeiro do Sul, Laureate e Whitney –, a qualidade que acompanha a marca será destruída pelo já comum choque de gestão para redução de custos: demissão em massa de professores, classes com mais de 80 alunos e redução no número de aulas. A negociação, coordenada pela KPMG, não inclui o patrimônio imobiliário (prédios), apenas os alunos e a manutenção (CNPJ). O grupo Kroton segue comemorando os ganhos que obteve com a fusão. No documento em que divulga os resultados operacionais do segundo trimestre deste ano, o grupo informa que teve aumento de 153% no lucro líquido quando comparado ao primeiro trimestre do ano anterior, com receita líquida de R\$ 725 milhões no 2º trimestre de 2014, uma evolução de 51%. O que chama atenção no balanço trimestral, no entanto, é a taxa de alunos com bolsa do Fies – são 61% do total. Não há limite por instituição para concessão destas bolsas. Considerando a alta taxa de inadimplência no sistema – em 90% –, é possível afirmar que, além do governo estar garantindo as amplas margens de lucro do grupo, está ocorrendo um repasse indireto de recursos públicos para as mãos dos empresários.

